



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

MATHEUS AURELIANO PEREIRA DA SILVA

**POLÍTICA E SUBDESENVOLVIMENTO: A
PROBLEMÁTICA DO ESTADO EM CELSO FURTADO**

Campinas, dezembro de 2020.

MATHEUS AURELIANO PEREIRA DA SILVA



POLÍTICA E SUBDESENVOLVIMENTO: A PROBLEMÁTICA DO ESTADO EM CELSO FURTADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia para obtenção do título de Bacharel em Economia pela instituição.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Milena Fernandes de Oliveira

Campinas, dezembro de 2020.

MATHEUS AURELIANO PEREIRA DA SILVA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Si38p Silva, Matheus Aureliano Pereira da, 1996-
Política e subdesenvolvimento : a problemática do estado em Celso Furtado /
Matheus Aureliano Pereira da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Milena Fernandes de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Economia.

1. Furtado, Celso, 1920-2004 - Crítica e interpretação. 2. Desenvolvimento
econômico. I. Oliveira, Milena Fernandes de, 1977-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Furtado, Celson. 1920-2004 - Criticism and interpretation
Economic development

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Data de entrega do trabalho definitivo: 08-01-2021

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer neste trabalho o apoio da família, dos meus amigos e de todos os professores que já tive.

Agradeço especialmente às professoras doutora Ana Lucia Goncalves da Silva e Milena Fernandes de Oliveira, pelo imenso apoio no período de graduação.

Todos os economistas que construíram a teoria que conhecêssemos hoje tem minha imensa gratidão, pois me fazem analisar todos as estruturas do universo com método e critério.

“O fruto que amadurece depois de diligente cultivo é particularmente doce”

Hsing Yun – A essência do budismo
2011.

RESUMO

O intuito deste trabalho é tentar entender, a partir da obra de Celso Furtado, qual a importância da ação do Estado e da política pública dentro do contexto de subdesenvolvimento brasileiro.

Ao mobilizar as concepções de Furtado, para analisar as esferas da produção e circulação de produtos, podemos entender que o subdesenvolvimento tem origem nas disfunções que os diferentes países encontram ao difundir o progresso técnico e distribuir o excedente produtivo socialmente.

Nesse sentido, as instituições públicas podem assumir papel fundamental, evitando que o ônus deste processo institucionalize um cenário de desigualdade social completa dentro do território brasileiro.

Palavras-Chave: Celso Furtado; Subdesenvolvimento; Estado e Celso Furtado

ABSTRACT

The purpose of this article is to try to understand, based on the publications of Celso Furtado, the importance of State action and public policy within the context of Brazilian underdevelopment.

By mobilizing Furtado's conceptions, to analyze the spheres of production and circulation of products, we can understand that underdevelopment originates from the dysfunctions that different countries encounter when spreading technical progress and distributing the productive surplus socially.

In this sense, public institutions can assume a fundamental role, avoiding that the burden of this process institutionalizes a scenario of complete social inequality within Brazilian territory.

Palavras-Chave: Celso Furtado; Underdevelopment; State and Celso Furtado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – CELSO FURTADO: ENTRE A TEORIA ECONÔMICA E A PRÁTICA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	16
1.1 – DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	16
1.2) O papel do Estado na superação das desigualdades regionais no Brasil: o GTDN e a Operação Nordeste	18
1.3) Para além da industrialização: O Estado como promotor das reformas de base e da igualdade social	24
CAPÍTULO 2 – ECONOMIA E POLÍTICA NAS OBRAS FURTADIANAS PÓS-GOLPE	29
2.1 A experiência do exílio e as reflexões sobre política e desenvolvimento (1964-1974). ..	30
2.2 Estado, desenvolvimento e cultura: a política de consumo como um caminho para a democracia (1974-1992).....	38
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é entender, à luz da obra de Celso Furtado, que fundamentalidade a ação Estatal, sustentada por políticas públicas, assume na evolução do desenvolvimento do Estado brasileiro.

Para melhor posicionar e interpretar as visões de Furtado em relação a esse tema, apresento inicialmente as concepções de outro renomado intérprete da economia brasileira, Sérgio Buarque de Holanda.

Em *Raízes do Brasil* (1936), Holanda enuncia a implantação da cultura europeia no Brasil como um processo que conduz a uma série de amorfidades culturais e institucionais no nosso território.

A herança ibérica a que fomos condicionados é carregada de suas próprias peculiaridades, que derivam da natureza da zona fronteira em que se originou. Entre estas, a que mais se destaca é definida como Cultura da Personalidade. Este conceito está associado ao enaltecimento que os Portugueses e Espanhóis praticam em relação à autonomia e independência dos indivíduos. Segundo o autor, a concepção encontra origem na palavra hispânica “sobranceria” que encontraria compatibilidade semântica com a expressão superação.

Existia admiração não apenas pela autonomia e pela superação em relação aos indivíduos e obstáculos, mas pelo esforço inerente ao atingimento destes objetivos. Este traço da cultura ibérica leva à constituição de uma configuração social associada a fraqueza das formas de organização que impliquem solidariedade e cooperação entre povos.

O povo ibérico, por valorizar a autonomia e independência dos homens em relação aos seus demais, sentia aversão à manutenção da ordem social associada à hierarquia sustentada por privilégios, o que era considerado um pensamento moderno em relação ao restante do território Europeu. No entanto, em momentos de transição de ordem social, a ausência de necessidade de adoção de formas completamente novas de agir e pensar leva ao movimento de incorporação de comportamentos antigos. Sendo assim, quando a burguesia urbana assumiu o seu predomínio no território europeu, não precisou superar muitas barreiras, assumir uma lógica fria e calculista e permitiu-se incorporar aspectos considerados tradicionais.

Outra característica de nossa origem ibérica é a carência de uma moral do trabalho. Nosso esforço desinteressado nesse sentido endossa a manutenção dos aspectos tradicionais instituídos na configuração social. Podemos, até os dias de hoje, identificar as características de nossos colonizadores ibéricos reverberarem na nossa sociedade.

Essa característica, quando associada no início do século XX ao desenvolvimento da urbanização, ao crescimento dos meios de comunicação e à solidificação da família patriarcal acarreta um desequilíbrio social, que representa impacto importante na ação das políticas públicas regidas pelo Estado.

Para Holanda em *Raízes do Brasil* (1936):

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário "patrimonial" do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. (HOLANDA, 1936, p.153)

Essa definição encontra eco na percepção weberiana de estado burocrático, em que o intuito dos funcionários é assegurar os direitos dos cidadãos, com base na ordenação impessoal.

Com base nesse trecho, podemos interpretar que para Sérgio Buarque de Holanda a ação estatal brasileira está enviesada pelos interesses particulares dos detentores de responsabilidade política. Neste sentido, a atuação estatal associada ao interesse público está comprometida por elementos históricos arcaicos instalados na esfera de atuação política.

Podemos encontrar, na obra de Furtado, elementos que remetem a essa percepção. Celso Furtado interpreta que a nossa natureza sociopolítica impõe constrangimentos de ordem econômica, política e cultural ao nosso desenvolvimento. Em citação de sua obra *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1983):

[...] Uma economia subdesenvolvida não pode ser considerada isoladamente [...], em suas raízes o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza política. (FURTADO, 1983, p. 86)

Neste trecho, Furtado demonstra que o subdesenvolvimento é consequência de um processo histórico, e não apenas uma etapa pela qual determinado país precisa passar para chegar, de fato, ao seu desenvolvimento.

Não podemos comparar o processo de desenvolvimento dos países centrais ao dos países periféricos, porque a natureza do investimento usualmente estruturado nas economias periféricas impõe, em sua grande maioria, envio do excedente ao exterior. Em consequência a esse movimento, usualmente se identifica um modelo associado a dominação cultural e política, onde o consumo de uma pequena minoria privilegiada é baseado na tentativa de reprodução dos padrões de consumo dos países dominantes.

Muito além do melhor padrão de consumo, para Furtado esses grupos favorecidos encontram privilégios na instituição e reprodução da morfologia socioeconômica de classes no Brasil, instituindo uma sociedade desigual, assimétrica. Podemos perceber também essa concepção em trecho de *A Operação Nordeste* (1959):

Esse é um [...] aspecto do problema – seguramente o mais grave – para o qual tenho chamado a atenção repetidas vezes. A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza. [...]. Quando a desigualdade entre níveis de vida de grupos populacionais atinge a certos limites, tende a institucionalizar-se. E quando um fenômeno econômico dessa ordem obtém sanção institucional, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente mais poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação dos órgãos políticos também se torna extremamente difícil. (FURTADO, 1959, p.75)

A institucionalização da desigualdade é, como veremos ao longo deste trabalho, um dos movimentos em que o Estado e a política pública podem atuar, na concepção furtadiana, de forma ativa, buscando limitar e diminuir esse processo e as consequências do ônus associado ao consumo de consumo de grupos privilegiados.

Buscando melhor entender a contraposição entre a manutenção dos interesses das grandes massas que trabalham nos campos e os grupos sociais de rendas mais altas, em *A Pré Revolução Brasileira* (1962) Furtado busca propor um diálogo com a juventude da época, que tem ânsia de participar das transformações profundas que ocorrem na sociedade em que vivem.

Segundo Furtado, o desenvolvimento do período está associado a concentração de renda através de subsídios, premiando grupos parasitários através de aumento da renda da terra e negando benefício a grande parte da população (grandes massas que trabalham nos campos, operariado industrial), determinando-se assim pela crescente concentração social e geográfica de renda.

Considerando esta natureza, é pautada a importância de uma filosofia que oriente e organize o interesse dessa juventude frente aos desafios impostos pela estrutura social. O autor aponta, em sua obra a Pré-revolução brasileira, o marxismo como uma corrente de alta penetração entre os jovens, reconhecendo os benefícios trazidos por essa contribuição principalmente em termos de ação política.

Avançando nesse pensamento nos deparamos com o desejo de liberar o homem de sua escravidão social, afirmando-o em sua plena potencialidade, e, ao mesmo tempo, descobrimos atitude otimista em relação à autodeterminação das comunidades humanas. Esta autodeterminação se define como um último patamar do humanismo, onde o homem está no centro de suas próprias preocupações.

Estas percepções consolidam o que o autor acredita que devem ser os pontos centrais do objetivo da mobilização política dos jovens: humanismo, associado à liberdade e desenvolvimento econômico (que constitui um fim em si mesmo). O humanismo deve ser o norte que guia a ação política e a participação Estatal na sociedade.

Para Furtado, existe um paradoxo entre desenvolvimento e sacrifício das liberdades individuais. Este, nos coloca em um impasse fundamental, pois a percepção de que o sacrifício das gerações presentes para a construção de um desenvolvimento econômico que beneficie as gerações futuras é falaciosa ao desconsiderar o sacrifício dos valores, que não necessariamente conseguirão se reconstituir no futuro.

Nesse sentido, a ação estatal não deve ser orientada a esse tipo de ação, e sim buscar a superação do subdesenvolvimento associada a manutenção dos valores democráticos, sendo esses associados a manutenção do consumo para todos.

A consistência desse argumento vem trazendo a percepção de que existe uma implacabilidade entre o desenvolvimento material dos países subdesenvolvidos e a supressão das liberdades fundamentais. Em frente a um cenário como esse é fundamental, para Furtado, manter atenção sobre os seguintes elementos:

Mais do que nunca é necessário que façamos clara distinção entre aqueles objetivos últimos, dos quais não nos devemos afastar na luta pelo aperfeiçoamento das formas de convivência social [...] (FURTADO, 1962, p. 36)

Para Furtado, estes objetivos devem nortear o caminho que sustenta a ação Estatal e as políticas públicas, e é nesse sentido que os jovens devem estimular a ação pública.

Um das construções teóricas que direciona a esse caminho para o autor é o marxismo-leninismo, que está associado a uma revolução violenta conduzida por profissionais da revolução, gerando uma nova ordem que será sustentada por um Estado ditador. Mesmo essa técnica tendo êxito em alguns países com a estrutura social mais rígida na história do século XX e sendo classificado pelo autor como o único método eficiente para criar transformações sociais de forma rápida, as peculiaridades das sociedades abertas como a Europa Ocidental, definem uma dificuldade para a implementação do processo, ao em sua natureza não terem definida de forma clara a ditadura de uma classe.

Sendo assim, o autor conclui que o acelerado desenvolvimento só se estruturou em estruturas previamente rígidas, e que ainda carecemos de uma técnica para as demais estruturas como a sociedade aberta, constituindo assim um problema fundamental. Além disso, a substituição da ditadura de uma classe por outra constituiria um sacrifício dos objetivos previamente definidos como essenciais, para Furtado, é possível que o desenvolvimento siga paralelamente a consolidação dos princípios que norteiam a revolução.

No caso brasileiro, o autor pontua a existência de uma dualidade, associada à rigidez estrutura social no campo em relação a abertura para a classe operária, o que configura como possível a revolução marxista-leninista no âmbito rural, sendo essa baseada na questão agrária e estando associada uma perda do caráter humanista da revolução.

Para garantir a manutenção da centralidade do humanismo em termos de ação. é preciso introduzir modificações importantes na estrutura econômica básica, e manter atenção sobre as questões associadas as condições objetivas de caráter preventivo, para evitar as formas políticas ditatoriais ou estruturas partidárias rígidas, por meio da reforma agrária e a prevenção do retrocesso no sentido político social.

Esse tipo de ação sustentará uma participação ativa e saudável do Estado na sociedade, evitando supressão das liberdades individuais.

O retrocesso social, para Furtado, virá associado ao reflexo do pânico de grupos privilegiados frente à pressão social, podendo até mesmo gerar golpes preventivos. Frente a esse cenário o melhor caminho a ser seguido pela juventude brasileira está associado à organização da opinião pública com a intenção de gerar modificações institucionais que apoiem a reforma agrária e a modificação da estrutura estatal, fiscal e bancária. Subordinando o Estado ao interesse do desenvolvimento econômico e social e aos anseios humanistas do povo.

Cada vez mais a pauta da política econômica ganha importância na população, sendo claro a esta que a política precisa se guiar em relação a determinados objetivos de interesse coletivo. Sendo este um ponto de fundamental atenção para os responsáveis pela elaboração de políticas e ações estatais.

Surge então a questão: Até que ponto os instrumentos de análise dos economistas conseguem englobar e direcionar a economia em relação a esses objetivos?

O comportamento do *laissez-faire*, que se consolidou a partir de uma visão tanto distorcida da percepção de mão-invisível smithiana, nos mostrou que a ausência de intervenção usualmente gera instabilidades e crises econômicas com alto custo social. Ainda assim, grande parte dos economistas não conseguiu desprender sua forma de pensar das percepções de equilíbrio geral e automatismos autocorretores, o que evidenciou sua dificuldade de lidar com a pauta do desenvolvimento.

Em citação direta de *A Pré Revolução Brasileira*:

A moderna técnica de construção de modelos macro, que originou a chamada política econômica quantitativa, representou, sem lugar a dúvida, um grande avanço para os países de alto grau de desenvolvimento [...] particularmente se o país não tem o seu sistema econômico submetido à pressão de considerações não econômicas, como as de natureza militar. (FURTADO, 1962, p. 56)

A política quantitativa teve sucesso em economias desenvolvidas, onde a maior pauta a ser discutida é a manutenção do nível alto de emprego. Esta manutenção reduz o nível de mão de obra e pressiona os salários reais, levando a

necessidade de inovações tecnológicas. No entanto, a problemática se constrói de maneira diferente em um país subdesenvolvido. Nesse cenário, a política quantitativa encontra aplicabilidade menor, resultado da baixa integração.

Para o autor a política de desenvolvimento demandada por um país subdesenvolvido está associada a uma maior compreensão da dinâmica que escapa ao arcabouço tradicional, assumindo caráter qualitativo associado às reformas de base.

Entender a natureza das estruturas que configuram a economia nacional é de essencial importância para desdobrar políticas públicas e ação Estatal que contribuam de forma efetiva com o processo de desenvolvimento da nação.

Esse cuidado por vezes escapa ao conhecimento dos economistas brasileiros, que carecem de instrumentos teóricos que os capacitem para diagnosticar as dinâmicas presentes na economia brasileira.

Seguindo Boianovsky (2014), a percepção furtadiana passa pela visão de que a persistente influência do regime brasileiro colonial patriarcal foi refletida na fragilidade do arranjo político através da história brasileira. Furtado demonstra esse raciocínio em seu artigo de 1946-47 no qual, ao comparar a formação de Brasil e Estados Unidos, expõe reflexões interessantes sobre a natureza da constituição democrática no nosso país.

Furtado neste artigo elabora que fundamentalmente dois elementos apoiam a instituição de uma revolução democrática moderna no território norte americano: a cultura de individualismo e a ausência de estruturas arcaicas.

As estruturas arcaicas ausentes aqui trazem o mesmo significado colocado na obra de Sérgio Buarque de Holanda, sendo a carência de moral do trabalho, a solidificação da família patriarcal, e o desenvolvimento da urbanização associado ao desequilíbrio social.

Diferentemente da Europa, a vida simples na “Nova Inglaterra” levou a formação de sociedades simples onde o Estado assumia papel secundário, colocando importância no governo local e atrofiando a presença do Estado que não foi instrumento diretor da sociedade e sim um agente promotor de bem-estar.

Em meados do século XIX surge nos Estados Unidos uma contraposição entre a manutenção desse espírito de democracia guiado pela liberdade individual e a dura estratificação social. No entanto, alguns elementos presentes na sociedade

norte-americana, associados ao iluminismo (papel da religião, do conhecimento científico, do ensino formal) tornam a sociedade norte-americana marcada pelas contraposições entre elementos modernos e conservadores.

Outro movimento que altera significativamente este cenário de organizações sociais na sociedade norte-americana é a revolução industrial, que ultrapassa a esfera produtiva e avança sobre a esfera administrativa alterando a simplificada dinâmica de funcionamento anterior.

De forma resumida, segundo Boianovsky (2014) o principal elemento que constituiu a formação dos Estados Unidos foi o a centralidade cedida aos governos locais, a liberdade e a independência judiciária. Considerando estes elementos, o que diferencia a evolução do desenvolvimento norte-americano em relação ao desenvolvimento brasileiro?

A matriz social da colonização dos Estados Unidos está associada a instituição de um modelo de sociedade autogerida, voltada para satisfação das necessidades locais, enquanto a colonização brasileira está associada a escravidão e ao sistema de plantações voltado a exportação.

Sendo assim, a estrutura que sustenta a sociedade brasileira demanda uma atuação estatal e de políticas públicas totalmente diferente da sociedade norte americana.

CAPÍTULO I – CELSO FURTADO: ENTRE A TEORIA ECONÔMICA E A PRÁTICA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Celso Furtado foi um dos membros brasileiros mais importantes na CEPAL, atuando de forma ativa na instituição entre 1949 e 1957. Hoje consolidado como um dos maiores intérpretes do Brasil, na época Furtado contribuiu com a construção e propagação do arcabouço teórico cepalino, consolidando novas visões em relação a importância da atuação estatal no panorama no desenvolvimento das nações subdesenvolvidas.

Com base na teoria cepalina, Furtado retorna ao Brasil em 1958, passando a atuar como membro do Estado. A atuação dele nesse período está associada à sua percepção de que o Brasil reproduz em seu território condições cepalinas semelhantes à dinâmica centro-periferia e busca usar de sua participação estatal para contribuir ativamente no combate as disparidades regionais e a condição de subdesenvolvimento brasileira.

O autor acredita que, para além do avanço do progresso técnico, o Estado deve ter atenção a manutenção da distribuição do excedente de seu resultado, garantindo que esse avanço contribua com a evolução da igualdade social.

1.1 – DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Furtado foi um dos grandes contribuintes para a consolidação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tendo passado grande parte da década de 50 no Chile participando de debates sobre elementos históricos e teóricos da questão do desenvolvimento.

Segundo Tenório e Wanderley (2018) logo após a chegada de Furtado na CEPAL, aconteceu a primeira conferência da entidade, em Cuba. Nessa conferência foi lançado o “Manifesto de Havana”, que endossava as concepções de alocação centro-periferia e de tendência a deterioração dos termos de troca nas exportações da periféricas. A partir das concepções desse manifesto, se instituíram elementos importantes da percepção cepalina:

Diante dessa constatação, a Cepal propunha que o Estado deveria, por meio do planejamento, induzir o setor privado com o intuito de promover a industrialização. Seria a industrialização por substituição de importações o motor para promover o desenvolvimento e caberia ao Estado e seus gestores papel central. Essas propostas da Cepal consolidavam o novo papel que o Estado vinha assumindo em países da América Latina e, conseqüentemente, enfatizavam a necessidade de um novo perfil para o gestor público (TENÓRIO E WANDERLEY, 2018)

Sendo assim, na concepção cepalina, cabe aos Estados endossar a implementação adequada do progresso técnico nos países, pois esse, em última instância, determina o posicionamento dos países na alocação centro periferia e conseqüentemente seu padrão econômico e social.

Celso Furtado traduziu e publicou o Manifesto de Havana no Brasil, apoiando as percepções Cepalinas e respaldando uma nova base teórica em relação ao cenário do desenvolvimento brasileiro. A percepção cepalina trouxe novas percepções acerca do papel do Estado na promoção do desenvolvimento, permitindo a manutenção de um novo debate acadêmico na esfera nacional.

Os elementos defendidos no manifesto de Havana sustentam a percepção de que a economia brasileira precisa de uma atuação estatal presente, que contribua na esfera das políticas públicas, garantindo que o progresso técnico nos distancie da condição periférica.

Outra percepção teórica importante na vertente cepalina é a existência de modelos de desenvolvimento “para fora”, associados ao crescimento econômico por meio do comércio primário exportador, e modelos de desenvolvimento “para dentro” associados à industrialização por meio da substituição de importações.

Segundo as percepções cepalinas, as nações periféricas podem evoluir de um cenário inicial de desenvolvimento “para fora”, para um cenário de “desenvolvimento para dentro”, usualmente encontrando dificuldades para evoluir neste segundo modelo devido ao caráter industrial quase nulo do cenário anterior.

Surge aqui novamente a questão da importância da contribuição estatal no processo de desenvolvimento das economias periféricas. Buscando atuar sobre os setores, apoiando a incorporação do progresso técnico de maneira mais adequada na estrutura produtiva e fortalecendo a sociedade em termos sociais, o Estado consegue ser agente ativo no processo de fim do subdesenvolvimento.

Após praticamente uma década contribuindo com o debate cepalino, em fóruns como o grupo misto, e contribuindo ativamente com a divulgação de ideias Cepalinas no Brasil, Furtado se consolida com um cargo na diretoria no BNDE, contribuindo com responsabilidades no governo do então presidente Juscelino Kubitschek: dirigindo o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Iluminado pela percepção Cepalina em relação à questão do desenvolvimento, Furtado parte da questão da dinâmica centro-periferia e da implicação das assimetrias geradas pela implementação do progresso técnico para desenvolver suas percepções sobre o subdesenvolvimento. Colocando no segundo critério mencionado fundamental importância.

Seguindo citação de Sampaio Jr. (1997: 197-198):

Na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância entre as economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à capacidade de socializar o excedente social entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo. (SAMPAIO, 1997, p 197-198)

A partir deste trecho, podemos entender como o processo de industrialização tem, na concepção Furtadiana, impacto direto sobre a pauta do desenvolvimento. A partir de sua base teórica cepalina, Furtado acredita que cabe ao Estado atuar sobre o progresso técnico através de políticas públicas, sendo conseqüentemente responsabilidade dos gestores públicos o planejamento e fomento do desenvolvimento brasileiro. Como veremos a seguir, esses princípios virão a sustentar a ação de Furtado no Estado brasileiros nos anos seguintes.

1.2 - O papel do Estado na superação das desigualdades regionais no Brasil: o GTDN e a Operação Nordeste

Segundo Lilian da Rosa (2016), a análise furtadiana da formação econômica brasileira parte de uma visão ampla, que busca entender as relações de causalidades no processo de desenvolvimento. Entre esses condicionantes está presente, na análise Furtadiana o estudo das condições econômicas e populacionais dentro do território do país.

A autora coloca que o Nordeste foi o primeiro espaço explorado economicamente no Brasil colônia, através da produção agroexportadora de crescimento extensivo, associada a incorporação de terras e mão de obra sem mudança em custos de produção. Esse movimento delimitou a região a seguir uma dinâmica específica de acumulação, dinamizada pela demanda externa.

Essa dinâmica é reproduzida ao longo dos séculos subsequentes, fortalecendo a concentração de renda e de terra na região e impossibilitando a massa de trabalhadores de acessarem esses recursos, conseqüentemente enfraquecendo o desenvolvimento econômico na região.

Furtado, em *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), conclui que os elementos apresentados acima configuram o Nordeste como uma região importadora de itens manufaturados e agroexportadora, sendo a natureza histórica da região determinante do panorama nordestino. Para o autor, estes elementos históricos passam por uma reconfiguração nos anos cinquenta, estabelecendo uma relação de exploração do centro-sul do Brasil em relação ao Nordeste.

Segundo Lilian da Rosa (2016), para Furtado, havia se estabelecido na economia brasileira uma divisão geográfica de trabalho, que replicava as relações entre as metrópoles industrializadas, fornecedoras de produtos manufaturados, e as colônias, fornecedoras de matéria prima. Essa relação prejudicava a economia nordestina, que continuava fadada ao cenário de subdesenvolvimento.

Sendo assim, para Celso Furtado, as configurações centro-periferia podem estar presentes até mesmo em cenários nacionais, estando estas associadas a existência de disparidades regionais derivadas de diferentes configurações na estruturação histórica das regiões.

Este é o caso da economia brasileira. Na obra *Formação Econômica do Brasil* (1959) ele postula que a construção histórica de nosso país nos levou a uma configuração de economia colonial pouco desenvolvida, marcada por essas assimetrias sociais e regionais.

O autor interpreta a formação do mercado interno e a industrialização brasileiras como tardias, sendo a segunda carregada de elementos que nos permitem entender a natureza subdesenvolvida do nosso país. O processo de incorporação do progresso técnico na industrialização do Brasil ocorre em um movimento diferente do processo usual observado nos países de centro.

Anteriormente, no contexto brasileiro, se conduz um movimento de substituição de importações com o objetivo de apoiar a elite brasileira a reproduzir os padrões de consumo dos países do centro. Buscando mimetizar estes padrões, a elite deturpa o processo de incorporação do progresso técnico na industrialização brasileira, atrasando o acesso da maioria da população aos benefícios deste movimento e das suas reais necessidades. As assimetrias que surgem como resultado deste processo, a natureza da formação econômica brasileira e a dependência cultural que surge em relação aos países desenvolvidos dificultam a incorporação endógena do movimento de transformação capitalista.

É importante destacar que assim se estabelece um descolamento entre o avanço do progresso técnico e o avanço a distribuição de seu excedente, consequentemente impossibilitando a relação diretamente proporcional entre avanço do progresso técnico e avanço do desenvolvimento socioeconômico.

Essa dinâmica é comum em países subdesenvolvidos, e ao melhor analisa-la, é possível entender que as economias periféricas encontram maiores níveis de dificuldade para elevar a produtividade média do trabalho e consequentemente não conseguem reproduzir de forma generalizada o padrão de consumo do centro.

O subdesenvolvimento acontece e se perpetua, no nosso caso, quando os grupos privilegiados não permitem a concretização da distribuição de renda, que pode estar associada ao progresso técnico, para tentar se manter nos padrões de consumo do centro, consequentemente dando manutenção a um conjunto de desigualdades e assimetrias. Essas assimetrias não são apenas de caráter social, mas também de caráter regional. Na concepção de Furtado existia uma dinâmica centro-periferia com todas as suas respectivas consequências internamente a economia brasileira, sendo a região Sudeste e Nordeste os polos de centro e periferia respectivamente.

Para Furtado havia importância na configuração dos elementos nesse cenário, pois a atuação do Estado nele pode ter implicações importantes no contexto de subdesenvolvimento. Em citação de Pellegrino (2003):

Para Furtado, a possibilidade de autodeterminação do processo de desenvolvimento está diretamente relacionada ao grau de articulação existente entre as transformações capitalistas que ocorrem no espaço geográfico da nação e os desígnios do conjunto da sociedade nacional. Nesse sentido, a reflexão de Furtado ressalta a importância da formulação de estratégias de desenvolvimento que permitam o maior controle da sociedade nacional sobre seu destino: a pré-condição para o sucesso dessas estratégias é o fortalecimento dos centros nacionais de decisão. Por isso a importância dada por Furtado ao Estado nacional como planejador do processo de desenvolvimento, estabelecendo critérios éticos e democráticos para a melhor articulação entre o funcionamento do sistema econômico e as reais necessidades da população. (PELLEGRINO, 2003, p.86)

A partir deste trecho, podemos entender que para Furtado, frente as assimetrias regionais, é fundamental a ação de um Estado presente na questão do desenvolvimento, voltado à manutenção e defesa dos interesses de todas as regiões.

Buscando entender o cenário e agir de maneira associada a esses ideais, durante a década de 50 Furtado busca desenvolver trabalhos que abordem a sua perspectiva em relação aos elementos que determinam a estrutura regional brasileira, buscando elaborar o desdobramento da heterogeneidade do desenvolvimento das regiões sudeste e nordeste. Esta perspectiva foi tratada em obras como “Formação Econômica do Brasil” e “Operação Nordeste”.

A abordagem colocada por Furtado nestas obras coloca em centralidade o papel do Estado como agente promotor de políticas que contribuam com o desenvolvimento nacional, combatendo as heterogeneidades através do apoio a difusão do progresso técnico. Furtado acredita que, ao aumentar o grau de integração do nordeste no mercado interno, conseqüentemente fortalecerá a economia nacional.

Em colaboração ao GTDN, no documento "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste", Furtado coloca que a relação entre as regiões Nordeste e Sudeste do país era dotada de uma deterioração dos termos de troca, que embasava um fluxo-duplo de renda, onde o setor privado direcionava renda para investimentos produtivos na região sudeste e o Estado direcionava renda para o Nordeste em forma de assistencialismo. Sendo assim, a renda enviada a região

nordeste constantemente se dissipava em obras emergenciais, impedindo a consolidação de uma estrutura industrial, como acontecia na região sudeste. Sendo assim a relação entre as regiões Nordeste e Sudeste consegue, de certa forma, reproduzir a definição cepalina de centro e periferia usualmente aplicada a contextos nacionais.

A origem das disparidades econômicas entre a região sudeste e a região nordeste estão associadas às políticas públicas, pois nas décadas de 40 e 50 houve política federal de subsídios para investimentos produtivos no Sudeste, e ao caráter histórico-geográfico da região nordeste que é semiárida.

Devido ao caráter de agricultura básica e a natureza geográfica da região, eventuais situações de seca passavam facilmente a um nível de calamidade social e econômica.

No mesmo documento em trabalho no GTDN, Furtado elabora suas principais propostas para apoiar o investimento no Nordeste: Aumentar o apoio ao investimento produtivo na região, evitando a dissipação da entrada de renda para obras assistencialistas, transformar regiões para aumento da produtividade e maior resistência às secas e estender fronteiras para incorporar regiões mais úmidas.

As propostas de Furtado condizem com as percepções colocadas por Vera Cêpeda (2001) acerca da diferenciação da visão Furtadiana do papel do Estado frente às demais interpretações na década de 50:

Talvez a pergunta central a ser feita é: quais os interesses prioritários que cabe ao planejamento estatal defender? Com esta inquirição o projeto furtadiano destaca-se nitidamente dos demais: a força capaz de reorientar as relações econômicas em direção ao desenvolvimento nascem do *trabalho*. É através de sua força vital de cobrança que pode ser gerada a dinâmica capaz de criar um mercado interno e estimular o capitalista à inovação tecnológica constante. De um outro ângulo, a aceitação do papel fundamental do consumo como base do crescimento da economia nacional é acompanhada de um outro aspecto inédito – a regulação e a limitação da ação do capital. (CÊPEDA, 2010, p.89)

Neste trecho, podemos entender que o Estado, ao colaborar com a dinamização da indústria nordestina, pode estimular a criação da dinâmica capitalista na região, estimulando o consumo e a inovação tecnológica. Ao melhor integrar a região Nordeste na dinâmica capitalista o Estado reduzirá as disparidades regionais e

consequentemente diminuirá a existência da dinâmica centro-periferia interna ao país.

Para Celso Furtado, a região pode melhor se integrar no sistema aproximando seu consumo da indústria local, estimulando a acumulação industrial da região e passando a se desenvolver no modelo cepalino “para dentro”. Para que isso acontecesse era fundamental uma manutenção da subsistência, por isso a presença de propostas que trabalham a reforma de regiões estratégicas. Constituindo um cenário onde a região Nordeste pudesse se auto determinar como economicamente viável e superar suas próprias condições de subdesenvolvimento como passado pela cartilha cepalina.

Furtado então consolida suas percepções em um documento mais acessível e sintetizado e o publica em 1959 com o título de “A Operação Nordeste”. Em “Operação Nordeste” podemos entender como na concepção furtadiana o subdesenvolvimento do Nordeste contribui com o cenário de subdesenvolvimento nacional, sendo o intuito desta obra informar a grande massa como é fundamental a revitalização da região.

Em *A Operação Nordeste* (1959), Furtado apresenta o Brasil como um país com objetivos de desenvolvimento desgovernado e heterogêneo regionalmente, sendo esta desigualdade expandida progressivamente conforme o avanço da região mais desenvolvida. Essa heterogeneidade não pode existir para que aconteça um desenvolvimento livre de exploração, podendo gerar atraso para o crescimento de todo o país. Outro ponto negativo dessas heterogeneidades regionais é a possibilidade de rompimento da unidade nacional.

Buscando garantir que o Estado estivesse possibilitado de fazer a gestão dessas políticas de forma unificada e ainda assim garantir a integridade nacional, Furtado segue com sua proposta de reforma administrativa através da centralização das propostas na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A Sudene sendo assim, é o resultado da atenção que Furtado atrai para a pauta do Nordeste, buscando viabilizar e consolidar as ações das diferentes políticas e instituições na consecução de seu objetivo de desenvolver a região nordeste. O caráter de atuação da Sudene está associado às diretrizes estratégicas de controle e execução das propostas em relação ao desenvolvimento da região Nordeste,

mostrando de forma mais explícita como a visão furtadiana do desenvolvimento coloca o Estado em posição ativa.

O Estado, através da Sudene, atua como agente de diminuição das disparidades regionais, contribuindo com a estabilidade do desenvolvimento brasileiro.

Furtado colaborou ativamente como responsável na execução das ações da Sudene. Entre as ações mais bem sucedidas no período está o aumento da industrialização através da concessão de subsídios. No entanto, a reforma agrária não foi tão bem sucedida, fracasso atribuído ao ambiente político e econômico do Brasil.

A passagem a seguir, publicada em artigo de Renan Cabral em 2018, mostra um pouco sobre a natureza do trabalho de Furtado na Sudene:

“O que fica destacado no nosso entendimento é a influência progressista da atuação de Furtado. Através de suas ideias e atuação como homem público, o economista pretendia uma transformação/evolução das classes política e empresarial do Nordeste. Na política, esperava-se a formação de uma classe mais progressista e identificada com a “consciência regional”. Na economia, que um grupo industrial da região pusesse fim à hegemonia do latifúndio. (CABRAL, 2011, p. 32)

A proposta de Furtado se consolida aqui como reverberação de um processo de presença ativa do estado e de criação de instituições que vinham em tendência crescente desde a instauração do Estado Novo em 1937. Podemos observar este movimento durante os mandatos de Vargas e durante o governo Kubitschek e seu plano de metas.

1.3 – Para além da industrialização: O Estado como promotor das reformas de base e da igualdade social

Podemos assim colocar que o Estado assumiu, mesmo que nem sempre de forma planejada, importante papel na economia brasileira entre 1930 e 1950, garantindo a manutenção da acumulação de capital e usando de diversas legislações para garantir o desenvolvimento produtivo, a saúde da concessão de crédito, a adequação da legislação do trabalho e proteção industrial.

A visão de Celso Furtado se alinha na década de 50 com essa percepção de estado com atuação presente na economia, garantindo que o desenvolvimento do Brasil não fique apenas como resultado da movimentação dos elementos do mercado. Citando trabalho de José Eslebão de Almeida (2011):

[...] Em seu ponto de vista, o desenvolvimento deveria se assentar na industrialização, na acumulação interna de capital e na incorporação de técnicas racionais, as quais não poderiam ser deixadas à revelia da economia de mercado. Para isso, fazia-se necessária a ação racional de uma intelligentsia, a qual deveria se valer das técnicas de planejamento e do aparato do Estado na regulação e orientação dos investimentos [...]. (ALMEIDA, 2011, p. 421)

No entanto, devido às especificidades das economias subdesenvolvidas, o avanço nas esferas de financiamento e tecnologia não poderia estar centralizado na esfera estatal. É preciso garantir que o sistema capitalista se reproduza de forma autônoma a centralização das estratégias no Estado, que devem ser racionalizadas e planejadas buscando a concretização de transformações sociais.

José Eslebão de Almeida (2011) menciona em seu artigo algumas publicações de Furtado na Revista Serviço Público entre 1944 e 1946. Nestes artigos Furtado apresenta a estrutura de funcionamento técnico-administrativo dos Estados Unidos, como apresentado na introdução deste trabalho, buscando evidenciar a necessidade de uma reforma administrativa voltada à excelência de planejamento no Brasil. Essas ideias se consolidam nas propostas das instituições onde Furtado colaborou nos anos 50, reforçando seus ideais cepalinos. Em sua percepção era preciso forte atuação estatal, especialmente em áreas mais críticas em termos de acumulação de capital. A ausência do estudo de todas as variáveis centradas no planejamento nacional poderia gerar negligência e consequente tendência inflacionária.

Para Furtado, na configuração dos componentes da economia nos anos 50, o desenvolvimento brasileiro não atinge a esfera prática ou do concreto apenas por movimento do mercado. O Estado precisa atuar e conseguir ressignificar as estratégias de crescimento econômico, através do planejamento racional, também em

desenvolvimento social. Sendo assim, a concepção de Furtado difere da concepção Keynesiana. Citando o artigo de Almeida (2011):

É oportuno sublinhar que a concepção furtadiana de Estado difere da definição de Keynes e se relaciona estreitamente com a ideia de estabilidade da produção capitalista, mediante um processo de acumulação de capital permanente, isto é, de longo prazo, o qual é considerado como uma condição necessária ao desenvolvimento, embora não suficiente. (ALMEIDA, 2011, p. 423)

O desenvolvimento era, até então, geração de frutos do progresso técnico, mas, os frutos não se repartem igualmente entre os grupos sociais. É preciso avançar e entender o subdesenvolvimento como uma estrutura social mais ampla. É preciso proporcionar pontos de partida iguais para todos.

O real desenvolvimento assim é o aumento do bem estar social e humano da população, e não o objetivo material. Este desenvolvimento, no entanto, não acontece de forma espontânea, é preciso a indução estatal coordenada e planejada com base na consciência das condições. Esta posição de atuação do Estado é defendida nas obras publicadas na década, como “A economia brasileira” de 1954 e “Formação econômica do Brasil” de 1959.

Outro ponto interessante da atuação estatal na percepção furtadiana neste período é a necessidade de um Estado atuante na esfera produtiva, buscando impulsionar a acumulação de capital da estrutura nacional.

Em 62, na obra Pré-Revolução Brasileira, Furtado acrescenta, na visão de José Eslebão de Almeida (2011), alguns elementos apresentados a seguir:

[...] o afago do Estado era importante para afiançar o desenvolvimento brasileiro, em decorrência do anacronismo em que o País se encontrava com insuficiência de poupança, dificuldade de acesso à tecnologia avançada, pouco conhecimento técnico e apatia das elites empresariais. Na ausência desses elementos, o Estado deveria ocupar essa lacuna. (ALMEIDA, 2011, p. 426)

Para Furtado neste momento o Estado deveria abraçar a orientação dos investimentos produtivos, que deveriam ser inicialmente em infraestrutura, e também buscar garantir a manutenção da acumulação de capital. No entanto, ele coloca que o Estado não tem todos os mecanismos para executar a ação necessária, por isso a emergência da reforma administrativa.

Segundo Bielschowsky (1988), a contribuição de Furtado prévia a 1964 contribui com o refinamento de um pensamento estruturalista, consolidando entre os desenvolvimentistas brasileiros um entendimento sobre a problemática do subdesenvolvimento.

A percepção estruturalista de Furtado estava associada a percepção de que o mercado interno é um dos fatores mais importantes na dinamização da produção e da renda. Dentro da percepção Furtadiana, dois principais elementos nos permitem entender qual a importância da ação Estatal dentro do contexto da economia brasileira, atuando como agente planejador e conseqüentemente solucionando disparidades. Sendo eles o desequilíbrio externo e a inflação, originados pelo descompasso entre oferta e demanda global:

A meu ver, a causa básica da tendência crônica ao desequilíbrio inflacionário da economia brasileira reside em que, nas etapas de crescimento, a procura global se diversifica de maneira muito mais rápida que a oferta global. Existe muito mais mobilidade do lado da procura do que do lado da oferta. Trata-se de fenômeno específico de economia subdesenvolvida, que cresce rapidamente em condições de desenvolvimento espontâneo, com redução permanente de seu coeficiente de importações. As economias subdesenvolvidas se caracterizam pela relativa rigidez de seu aparelho produtivo. Ao passo em que uma economia altamente desenvolvida o aparelho produtivo apresenta elevado grau de diversificação, em uma economia como a brasileira coexistem setores produtivos diversificados e flexíveis com outros rudimentares e rígidos. (FURTADO, 1958, p. 69-70)

O descompasso entre demanda e oferta representam conseqüências na dinâmica do desenvolvimento brasileiro, limitando a capacidade de importação. Para Furtado, o melhor caminho para superar esse cenário é através do estímulo de uma oferta mais flexível, o que dificilmente é alcançado exclusivamente através de mecanismos de mercado. Sendo assim, a presença e o planejamento estatal fazem-se necessário pois é seu papel antecipar e identificar as linhas gerais da oferta. Sendo

assim, para Celso Furtado a intervenção Estatal na economia se sustenta através de percepções teóricas.

Podemos concluir assim, que a presença de Celso Furtado como homem de Estado, colaborando com o desenvolvimento das instituições políticas brasileiras até o golpe de 64, é marcada pelo endossamento de políticas de apoio estatal ao desenvolvimento, buscando compensar possíveis deslocamentos problemáticos do mercado. No próximo capítulo veremos quais as visões de Celso Furtado em relação ao Estado pós-golpe, e como ele se frustra em relação a sua visão prévia do ideal de atuação estatal brasileira.

CAPÍTULO 2 – ECONOMIA E POLÍTICA NAS OBRAS FURTADIANAS PÓS-GOLPE

Afastado de seu trabalho no Estado, com enfoque na diminuição das disparidades regionais, Furtado sai do Brasil após o golpe 1964 buscando dedicar-se a vida acadêmica. Nas publicações pós-golpe, o autor expõe a centralidade que a política pública e a ação estatal assumem no caso brasileiro, onde entende ser necessário a evolução de uma infraestrutura que sustente o crescimento econômico.

Na percepção do autor, as políticas brasileiras da época estão associadas a manutenção de interesses de grupos particulares e não contemplam de forma adequada as pautas do desenvolvimento econômico e do avanço do progresso técnico.

A natureza das políticas voltadas a manutenção de interesses particulares está associada a forte presença de elementos arcaicos na sociedade, ligados ao modelo brasileiro prévio de economia agroexportadora latifundiária. A presença desses elementos arcaicos contribui, no momento do golpe de 1964, com o afastamento do modelo democrático no Brasil.

Desdobrando melhor esse processo, os países subdesenvolvidos, como no caso brasileiro, usualmente são países de origem agrícola onde se dá início a um processo de introdução de elementos capitalistas como o assalariamento, o investimento financeiro, a industrialização e as inovações tecnológicas. No entanto, em contraposição a essas introduções existe a manutenção de estruturas arcaicas associadas aos interesses da agricultura, sejam estas políticas, econômicas ou culturais.

Essa contraposição, na percepção furtadiana, institui a definição de dualidade cultural.

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão somente uma economia atrasada – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia agrícola atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores (...) com reflexos em toda a estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. (FURTADO, 1964: 81).

Para Furtado, o desenvolvimento acontece a partir do deslocamento do centro dinâmico da esfera da agricultura para a esfera industrial. (FURTADO, 1962, 1964, 2007).

E podemos então, a partir das suas obras identificar diferentes percepções em relação a manutenção desse movimento, sendo estas em caráter mais otimista sobre seu sucesso, ou mais pessimista.

O intuito deste capítulo é analisar as percepções de Celso Furtado acerca do desenvolvimento brasileiro após o golpe de 1964, buscando entender como suas expectativas em relação aos rumos do desenvolvimento brasileiro são frustradas.

O capítulo está dividido em duas partes, sendo que uma delas aborda a percepção inicial de Furtado quanto ao problema, publicadas no imediato exílio entre 1964 e 1966 e uma segunda parte que busca entender a contribuição de obras das décadas de 70 e 90 na percepção do autor.

2.1 – A experiência do exílio e as reflexões sobre política e desenvolvimento (1964-1974).

No dia 9 de abril de 1964, em contexto de golpe militar, foi assinado o ato institucional número um. O intuito da manobra era consolidar a proposta militar para o Brasil em termos civis e militares, instaurando uma nova perspectiva sobre o futuro brasileiro.

Entre as diversas medidas em que implicava o ato, estava a cassação dos direitos políticos de Celso Furtado. Em relação a esse momento o autor coloca:

As circunstâncias que modificaram o curso de minha vida em 1964, quando um golpe militar no Brasil privou-me de direitos políticos e praticamente impediu-me de continuar a trabalhar para a minha região e meu país, somente em parte são responsáveis pela decisão que tomei de dedicar-me inteiramente à vida acadêmica. A participação indireta e direta que durante quinze anos tive na formulação de políticas – como assessor técnico das Nações Unidas e como administrador e membro do governo em meu país – convenceu-me de que nossa debilidade maior está na pobreza de formulações teóricas e de ideias operacionais (D'AGUIAR, 2013, p.14).

Furtado deixou o Brasil com passaporte diplomático, fruto de seu trabalho no Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso. Furtado, mesmo sob pressão do governo brasileiro em relação a sua atuação no cenário internacional, partiu para o Chile onde realizou uma série de participações em eventos a pedido de instituições associadas à Cepal.

Furtado também passou um tempo nos Estados Unidos, buscando seguir carreira acadêmica, e após encarar ceticismo frente a sua teoria do desenvolvimento partiu em direção a França em 1965, onde passou a lecionar na Universidade de Paris e voltou a publicar sobre a configuração da conjuntura brasileira, principalmente analisando os principais elementos que instituíam o Brasil após o estabelecimento do regime militar.

A primeira obra publicada por Furtado após seu exílio foi “Obstáculos políticos ao crescimento econômico” que analisa a conjuntura brasileira e os possíveis elementos que colaboraram com a instituição do golpe militar.

Nessa obra, Celso Furtado coloca que as políticas que tem como prioridade a manutenção do equilíbrio macroeconômico e do pleno emprego não encontram primeira importância em economias periféricas como a brasileira. O caso brasileiro demanda políticas que sustentem a criação de bases para o crescimento econômico. Essas devem ser sustentadas por um diagnóstico acertado dos problemas e um sistema institucional sólido, guiado pela participação estatal.

Além disso, também o texto também busca analisar quais são os elementos que atrasaram a formulação e implementação de uma política de desenvolvimento sólida no Brasil. Ele questiona quais são os elementos necessários para que os interesses do desenvolvimento nacional sobrepujem os interesses particulares dos grupos predominantes na denominação das políticas brasileiras.

Para Celso Furtado a política de subdesenvolvimento existe em sociedades que têm consciência de sua estrutura político-social, e a partir disso desenvolvem um projeto sólido em relação ao que querem atingir, garantindo a manutenção de um sistema de instituições que operem em favor desse projeto. Na concepção do autor o Brasil pós golpe de 1964 está longe de seguir essas premissas.

Evidentemente, o Brasil está longe de reunir as condições requeridas para a formulação de uma política de desenvolvimento concebida nesses termos. O

crescimento do produto por habitante ocorrido nesse país, nos últimos três decênios, resultou de uma conjugação favorável de fatores e não propriamente da existência de uma política de desenvolvimento. Durante todo esse período a política econômica brasileira foi orientada por grupos diretamente interessados na defesa de interesses particulares [...] (D'AGUIAR, 2013, p. 407).

Como colocado no trecho, a política brasileira estava associada a manutenção de interesses de grupos particulares, e sob essa política se institui o processo de industrialização. Este processo está associado a substituição por exportações, estruturada sobre o prévio mercado nacional da economia exportadora.

A ausência de uma política orientada a defesa do processo de industrialização não permitiu a solidificação de uma infraestrutura que sustentaria a transição do modelo de economia primário-exportadora para o modelo de produção industrial. Esse problema é agravado pela dimensão da extensão territorial brasileira e a desestruturação regional configurada.

A entrega dessa infraestrutura estava diretamente associada a presença forte do Estado, elaborando políticas que garantissem a alteração das infraestruturas essenciais no panorama produtivo brasileiro. Temos aqui uma reafirmação, no contexto pós-golpe, da importância que a participação estatal ativa assume na percepção Furtadiana.

Outra consequência importante da ausência dessa participação estatal e das políticas orientadas a defesa produtiva, é a existência de uma dismorfia na distribuição dos investimentos na estrutura industrial, configurando uma maior concentração de capital em indústrias de caráter menos estratégico, como as de artigos suntuários. Essa dismorfia teve como consequência um atraso da indústria de produção de bens de capital, que assumem caráter fundamental em um regime de substituição de importações.

Torna-se cultural também, entre 1935 e 1965 um sobre investimento em equipamentos, o que configurou capacidade ociosa em alguns setores frente e conseqüentemente um desequilíbrio fatorial e esses investimentos não afetaram, entre as décadas de 50 e 60 a estrutura ocupacional da população.

O processo de industrialização e seu caráter protetor da exportação de agricultura tradicional tem implicações significativas em relação à estrutura social do

país, se instituindo como um elemento fundamental para a compreensão dos elementos que atrasam o desenvolvimento econômico do país no pós-golpe.

É importante destacar aqui que o caráter protetor da exportação de agricultura tradicional associado ao processo de industrialização está diretamente associado a presença de políticas que direcionam a esse movimento, sendo que estas buscam defender os interesses de grupos particulares que estão colocados historicamente em posições de poder.

Para melhor entender a origem dessas políticas que impactam o contexto pós-golpe, Furtado faz uma visita ao Brasil de 1930, que era uma república oligárquica de base latifundiária em que o sistema de poder era reflexo da configuração patriarcal a que estava submetida. Neste cenário surge uma população urbana, com acesso à alfabetização e acesso a bens importados, que tinham alta de preços em reflexo das instabilidades das exportações nacionais. Instaura-se aqui para Celso Furtado uma significativa alteração na estrutura social:

A estagnação do setor agrícola de exportação, a concentração dos investimentos em atividades urbanas, principalmente manufatureiras e, por último, o rápido aumento das atividades estatais, trouxeram importantes transformações na estrutura social do país cuja manifestação externa mais importante consistiu num rápido processo de urbanização. (D'AGUIAR, 2013, p. 415).

No entanto, não existe na concepção do autor alteração equivalente nas estruturas políticas, que continuam a estar associadas à defesa dos interesses da classe associada à agricultura de exportação. Como o processo de industrialização não aconteceu de forma diretamente antagônica aos interesses dessa classe dominante, não houve estruturação de uma ideologia dos industriais que combatesse a manutenção desses interesses pelo processo.

Diante desse cenário, Furtado constatou que o mais profundo conflito interno do Brasil era a disputa entre as velhas estruturas no Congresso, representadas pelos grupos ligados ao setor primário exportador, que ocupavam o centro da luta política e tornavam impraticável a execução de qualquer programa coerente que partisse do executivo. Por outro lado, existia uma pressão das massas urbanas por melhorias nas condições de vida. Diante dessa conjuntura, o governo não conseguia realizar uma política de

desenvolvimento porque era barrado por um por uma parcela de políticos conservadores, retrógrados e latifundiários, que compunham a bancada do congresso. (DA ROSA, 2016, p. 8)

Sendo assim, para Celso Furtado, a configuração instituída na economia brasileira, associada à contraposição de uma forte ideologia latifundiária e de uma fraca presença política dos interesses industriais, compromete as instituições e institui o cenário de dualismo estrutural sendo este fértil para a ação militar.

É interessante aqui enfatizar a similitude da percepção furtadiana com a percepção de outro interprete do Brasil do período, Sérgio Buarque de Holanda. Em sua obra *Raízes do Brasil* (1936), Holanda coloca, através de sua percepção de patrimonialismo, como a presença de estruturas arcaicas compromete a instituição de uma ação estatal voltada ao desenvolvimento e desassociada da manutenção do interesse de grupos particulares.

Furtado estende esse argumento na obra, *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar*, incorporando uma análise o papel dos países imperialistas e da classe média urbana.

Furtado coloca, partindo da obra de Stefan Zweig, o movimento de consolidação mundial da imagem do Brasil como um país jovem com grande potencial de desenvolvimento, instituído de uma base sólida de recursos naturais e em processo de expansão acelerada cultural e populacional, associada às consequências da diversidade étnico cultural do homem nos trópicos.

Esta imagem que se consolidou mundialmente contribuiu para um processo de ocultação de outros elementos chave da configuração socioeconômica brasileira, principalmente a latente desigualdade social, e manutenção dos privilégios das classes dominantes.

Ao longo da segunda metade do século 20, inicia-se um movimento de maior significação dos projetos nacionais ao redor do mundo, e isso recoloca em evidência as lacunas estruturais da definição do projeto nacional brasileiro. Seguiremos o caminho de nação auto orientada ou, em consequência da priorização das classes dominantes em relação a seus privilégios, seremos uma mera fronteira?

Entre os principais elementos históricos que são evidenciados na análise de Furtado estão a rápida transformação da base econômica, onde o crescimento do mercado interno comporta o crescimento populacional e também a significativa

transformação da estrutura social (associada às migrações no território, que acontecem mais expressivamente do campo para os centros urbanos). Instituem-se assim duas classes urbanas principais: o proletariado e a classe média).

Outro elemento importante na análise que Furtado faz em relação a esse cenário é a lentidão da consolidação de uma figura estatal presente na criação de dinamismo para as estruturas sociopolíticas brasileiras.

A necessidade de integrar o fluxo migratório politicamente, frente à manutenção dos interesses oligárquicos cria um cenário adequado para a ação da força militar, que estava em um movimento de crescimento de influência:

A necessidade de incorporar essa população urbana, ou melhor, os grupos de classe média dessa população, ao processo político nacional, transformou-se em fator de crescente perturbação do funcionamento da República oligárquica. Esta última se apoiava numa estrutura de poder que tinha como base a forma tradicional de dominação exercida pela classe latifundiária sobre as populações rurais. (FURTADO, 1979, p. 7)

A oligarquia, priorizando a manutenção dos seus interesses, se fechou a ação política tradicional, não deixando outro caminho para as classes médias além da adoção de caminhos não usuais para a obtenção de presença política.

Essa configuração está instaurada e representa conflitos no panorama político brasileiro entre 1890 e 1930 tendo significativo impacto no período subsequente.

A crise de 1929 induz no Brasil uma segunda onda de migração, e diferente da primeira demarcada pela classe média e associada ao setor de exportação, esta inclui massa operária que irá exercer colaboração no processo que viria a ser denominado “substituição de importações”. Somada a uma terceira onda de migração nos anos quarenta associada ao crescimento demográfico, se configura no centro urbano essa nova estrutura social associada a migrações provenientes de diferentes naturezas.

Celso Furtado aponta que, neste contexto, o atraso da implementação de uma reforma liberal, associada aos interesses das classes médias e representando uma frente progressista, assume grande impacto na manutenção da democracia nacional. Em sua concepção existia importância na existência desta reforma onde as classes médias eventualmente partilhavam o poder com os grupos oligárquicos e

manteriam conseqüentemente o controle sobre as massas. Em conseqüência da forte presença das massas urbanas e a influência oligárquica no parlamento temos um processo político instável em vigor no contexto da economia brasileira:

[...] O processo político, que havia sido aberto às classes médias, era perturbado pela presença de massas não estruturadas que, sob lideranças improvisadas ou oportunistas passaram a arbitrar as eleições nas zonas urbanas. Desta forma o “populismo” tanto pode ser interpretado como conseqüência do atraso com que se introduziu a democracia formal, atraso êsse que impediu as classes médias de introduzirem metódicamente um sistema de controle político das massas urbanas, como pode ser explicada pela resistência com que a classe dirigente (grupos oligárquicos e de classe média) se opôs à organização das massas em torno de movimentos capazes de traduzir de forma autêntica os seus anseios. (FURTADO, 1979, p. 11)

Durante os anos cinquenta esta questão desloca o eixo da economia brasileira, instituindo um cenário de confronto entre o ideário liberal e o interesse das massas. A rigidez da república oligárquica frente às reformas necessárias define, para Celso Furtado, a razão pela qual a classe média deslocou o conflito para a esfera militar.

É importante entender, neste cenário, que as estruturas políticas assumem centralidade no processo, pois são apropriadas na configuração do subdesenvolvimento como um processo estrutural.

Além da própria configuração dos elementos nacionais, Furtado coloca em Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar que também existem elementos da esfera internacional que contribuem para o processo de golpe.

As forças armadas, que até o fim da segunda guerra mundial estavam em processo de tomada de consciência de nação, buscando atuar acima de grupos sociais, passam após o fim desta a se associarem aos ideais que configuram a guerra fria, se afastando do conceito de segurança associado necessariamente a nação-estado.

A proposta do golpe de Estado era reduzir a presença estatal na economia, usando mecanismos indiretos para as manutenções necessárias, seguindo as práticas liberais que usualmente eram recomendadas aos países latino americanos antes de 1929. No entanto, conforme as propostas avançam, começam a surgir insustentabilidades na proposta, que cada vez passa a ser menos liberal e mais

associada às "soluções oportunistas" que eventualmente favoreciam os militares. "De instrumento dos grupos médios urbanos, uma geração antes, eles já apresentaram-se no momento do golpe de 64 portadores de programa próprio [...]" coloca Furtado.

Sendo assim, o golpe militar se traduz como um limite não apenas para a democracia, mas também para o próprio ideário liberal. Os dirigentes militares, ao se alienar ideologicamente, afastam o Brasil da trilha do desenvolvimento.

Na concepção de Celso Furtado essas contradições se exprimem como o principal fator que vai sedimentar a proposta de Estado e originar o contexto pós militar. O distanciamento das classes sociais em relação ao modelo de governo permitirá, em um contexto futuro a formação de três correntes principais. A primeira delas estará associada a retomada da democracia com sustentação no ideário liberal, a segunda associada aos jovens da classe média, que terão um olhar sobre a importância das classes destituídas, principalmente a massa rural, e uma terceira corrente associada a percepção de que as massas urbanas e as classes médias atuaram sobre as inconsistências do modelo militar para atingir um programa de desenvolvimento que seja originalmente nacional.

Considerando estas correntes, Celso Furtado ilustra sua percepção quanto ao Brasil de amanhã:

"[...] a imagem do Brasil de amanhã se forma atualmente de maneira quase exclusivamente emocional, como resposta àqueles que pretendem privá-la do direito de participar da construção de um futuro que lhe pertence. A prazo mais longo, outras forças sociais, em particular as classes destituídas, farão sentir sua presença, o que reduzirá as possibilidades de uma transição controlada para um sistema mais estável" (FURTADO, 1979, p. 23)

O golpe de 1964, em muitos sentidos, aponta um caminho contrário a percepção de Furtado em relação ao desenvolvimento brasileiro. É importante qualificar que Celso Furtado era um grande cientista, apaixonado por seu objeto de estudo. Ao longo das décadas de 70, 80 e 90 o autor encontra espaço para postular ainda mais percepções em relação ao desenvolvimento brasileiro e desdobrar em novos elementos, como sua proposta de desenvolvimento colocada enquanto homem de Estado na década de 1950 se frustrou.

O intuito dessa seção trazer elementos de publicações das décadas 1970, 1980 e 1990 que permitam ilustrar a percepção de Furtado quanto a esse movimento.

Em relação a obra de Furtado, Vera Cêpeda coloca de maneira espetacular para o Especial para Gramsci e o Brasil em 2003:

Os trabalhos posteriores à década de 70 avaliam que o crescimento da economia brasileira, durante o regime militar, conduziu à modernização do subdesenvolvimento. Ou seja, houve adoção de certos aspectos do capitalismo contemporâneo, como novos padrões de consumo, urbanização e surgimento de novos segmentos produtivos, mas, nos aspectos fundamentais, permaneceram defasados os padrões tecnológicos e a modernização da produção (aumento da produtividade e técnicas de capital intensivo). (CÊPEDA, 2003, p. 2)

Sendo assim, ficam totalmente de lado as questões relacionadas aos movimentos sociais e a pauta política. Nesse sentido, o golpe militar funciona não como um mecanismo de libertação do subdesenvolvimento, mas como um mecanismo de sua manutenção.

2.2 – Estado, desenvolvimento e cultura: a política de consumo como um caminho para a democracia (1974-1992).

Em sua obra o mito do desenvolvimento econômico, de 1974, Furtado questiona o fato de a economia brasileira apresentar progresso industrial e ainda assim apresentar “características do subdesenvolvimento” como disparidade regional de produtividade, população em nível de subsistência, subemprego nas zonas urbanas... Fenômenos como esse, para o autor, refutam a hipótese de que “ a canalização do excedente de uma economia subdesenvolvida para o setor industrial (as atividades que absorvem o progresso técnico) criaria finalmente um sistema econômico de homogeneidade crescente”.

Entre os intuítos dessa obra, está demonstrar que a difusão a nível mundial dos incrementos da produtividade e progresso técnico não implicam na eliminação do subdesenvolvimento e demonstrar que a política de desenvolvimento

orientada a atender necessidades de consumo de uma pequena classe privilegiada tende a piorar o panorama do desenvolvimento nacional.

A expectativa de Furtado em 1974, no Mito, era de que não haveria como se generalizarem os padrões de consumo dos ricos em escala planetária, em virtude da exclusão que o processo de desenvolvimento, tal como se tem verificado, tende a promover, agravada pelo maior ritmo de expansão demográfica dos excluídos. Essa expansão, a despeito do aumento relativo do número de privilegiados nos países periféricos, levaria a que se aprofundasse o fosso entre tal grupo, cujas rendas têm crescido substancialmente em toda parte, e os grupos subalternos, cuja pobreza não dá sinais sensíveis de redução (especialmente na América Latina, o Brasil aí incluído). (CAVALCANTI, 2003)

Nesse sentido, Furtado entende que o desenvolvimento deve se orientar a um sentido mais igualitário, com atenção a evitar o ônus provocado pela diversificação das cestas de consumo dos grupos mais privilegiados.

Para Furtado, o agravamento das disparidades sociais estava diretamente relacionado com a existência de diferentes padrões de consumo, sendo a manutenção do padrão de consumo de uma pequena minoria extremamente excludente dos demais. Sendo o mecanismo de manutenção dessa cesta o próprio ganho de produtividade, e, conseqüentemente, o avanço da acumulação.

Sendo assim, na concepção de Furtado, o estudo do subdesenvolvimento não deve estar somente na esfera da produção (no estudo da criação e apropriação do excedente), mas também na esfera da circulação de produtos (utilização do excedente).

O movimento de adoção de padrões de consumo de países centrais em países periféricos, sem correspondente processo de acumulação semelhante, é chamado na obra de Furtado de modernização:

“Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do progresso de modernização [...] mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio do aumento da “taxa de exploração [...]” (FURTADO, 1974, p.81).

A partir deste trecho, podemos concluir que na concepção de Furtado a evolução da mimetização de padrões de consumo de centro por pequenos grupos exerce influência sobre o processo de acumulação, condicionando o processo produtivo. No entanto, mesmo em níveis de maior maturidade, dificilmente a indústria periférica conseguirá reproduzir fielmente a cesta de consumo importada pelos pequenos grupos privilegiados, criando internamente uma descontinuidade tecnológica, associada a coexistência da cesta ainda importada e a produção nacional.

O padrão de consumo dessa elite, além de demandar alto nível tecnológico, é extremamente diversificado. A tentativa de reproduzir a diversidade de produtos internamente gera uma perda em economias de escala frente a produção internacional, instituindo assim além da barreira tecnológica uma barreira de eficiência na reprodução do padrão produtivo central.

Furtado entende que ao tentar reproduzir esses padrões em um contexto de substituição de importações nos deparamos com as disparidades inerentes de consumo inerentes ao processo. Em sua concepção, se configura assim um cenário onde o avanço do processo de industrialização cada vez mais passa a depender do aumento da taxa de exploração.

Esse aumento, para Furtado, antes de gerar ganhos, agrava a concentração de renda e tende a agravar o subdesenvolvimento. É nesse sentido que se cria a concepção de desenvolvimento como um "mito". O mito seria a crença de que é possível replicar a estratégia dos países que se desenvolveram durante a revolução industrial nos países desenvolvidos.

Em termos do desenvolvimento, segundo Furtado, o papel diretor do mito poderia ser percebido no fato de que a literatura sobre o tema, até começos da década de setenta, em pelo menos noventa por cento dos casos, "se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado" (Mito: 16). Esse seria o "mito do progresso da revolução burguesa", responsável pela formação da sociedade industrial moderna [...]" (CAVALCANTI, 2003)

O mito é a percepção de que um dia os todos os países periféricos possam desfrutar universalmente de um padrão de consumo de centro, o que é impossível de acontecer simultaneamente para todos os povos ao mesmo tempo.

Ainda na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado coloca como o Estado pode assumir importância e ação nesse cenário:

“É perfeitamente possível que uma burguesia local de relativa importância e/ou uma burocracia estatal forte participem do controle do aparelho produtivo e mesmo mantenham uma posição dominante nesse controle. Em alguns casos essa predominância de grupos locais pode ser essencial afim de assegurar o rígido controle social requerido para fazer face as tensões originadas pela crescente desigualdade social.” (FURTADO, 1974, p. 90)

Sendo assim, o Estado pode atuar diretamente sobre o contexto social, buscando agir sobre os possíveis conflitos resultantes das disparidades nas cestas de consumo da massa dos pequenos grupos privilegiados. A seguir dessa direção, o Estado pode contribuir mais amplamente com os interesses sociais, e nos direcionar a um melhor patamar de desenvolvimento.

Desdobrando melhor o caminho para esse desenvolvimento, podemos encontrar em “A superação do subdesenvolvimento”, de 1994, considerações importantes acerca da questão do desenvolvimento para Furtado. O autor coloca que o desenvolvimento começa numa invenção, que sustentada na intenção, ainda depende do momento histórico correto. Momento esse que se encontra muito além do equilíbrio de variáveis matemáticas.

“A rigor, é quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta dele mesmo, empenha-se em enriquecer o seu universo de valores, que se pode falar de desenvolvimento, pois este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade.” (FURTADO, 2016, p. 37)

Pensar em desenvolvimento é pensar nos conceitos de técnica para obter instrumentos e na utilização de instrumentos, para adicionar patrimônio a si mesmo.

Hoje a lógica principal da dinâmica do estudo do desenvolvimento é o processo de acumulação, ou seja, como a partir dos instrumentos que temos conseguimos mais patrimônio.

Por consequência, estudar subdesenvolvimento é estudar as disfunções do processo de acumulação. “A formulação da teoria do subdesenvolvimento constitui, por si mesma, uma manifestação da tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabelece com a difusão da civilização industrial.”

É fundamental primeiro entender que na esfera social se encontra o primeiro obstáculo ao processo de modernização e desenvolvimento. Nas localidades subdesenvolvidas, o processo de acumulação, como visto em países desenvolvidos, não sustenta mudança significativa no tecido social, não alterando as relações de poder político e de renda. Nos países subdesenvolvidos, a acumulação não reproduz o mesmo mecanismo visto nos países que se tornaram desenvolvidos na revolução industrial. Neste cenário ela induz a manutenção do subemprego, da estratificação social, reforçando as instituições e estruturas tradicionais.

Este cenário permite o autor a tomar uma conclusão importante:

A reflexão suscitada por essa temática vem permitindo circunscrever melhor o campo do estudo do subdesenvolvimento. De um lado, apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial. De outro, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que continua a ser gerada em função dos problemas com que estas se confrontam. Por último, estão as especificidades das formas sociais mais aptas para operar essa tecnologia, ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho. (FURTADO, 2016, p. 37-42)

Sendo assim, podemos concluir que para Celso Furtado, a superação do subdesenvolvimento está diretamente associada a identificar a solução a esses dilemas, preservando a autonomia nacional.

Nesse sentido, temos aqui um direcionador claro para a economia brasileira, que como vimos no item anterior, enfrentava conflitos de interesses internos

entre as velhas estruturas e a massa urbanas. O caminho para a saída do subdesenvolvimento está associado à autonomia das instituições, a soberania nacional e a manutenção de estruturas produtivas e sociais saudáveis.

O Estado assume importância fundamental nesse cenário, pois pode atuar diretamente sob essas esferas, garantindo uma melhor alocação do excedente produtivo entre a população, garantindo conseqüentemente melhores posições de renda e de consumo e um ambiente mais democrático.

CONCLUSÃO

Celso Furtado assumiu grande protagonismo na interpretação do subdesenvolvimento brasileiro no século XX, atuando como professor, pensador e servidor público.

Furtado, como todo grande cientista, era apaixonado por seu objeto de estudo. Ele estudou a interação entre centro e periferia e encontrou nas relações entre progresso técnico e estrutura social fatores determinantes das condições de desenvolvimento dos países.

As raízes do subdesenvolvimento brasileiro estão, para Furtado, na configuração dos elementos internos que encadeiam a nossa dependência e impossibilitam a distribuição do excedente produtivo para além da pequena elite.

Para abandonarmos o subdesenvolvimento, que está no cerne de nossa sociedade, é preciso construir uma atuação sólida do Estado e das políticas públicas, que devem assumir protagonismo na transformação desses elementos gerando impactos significativos na nossa estrutura social.

Durante sua atuação como homem de Estado, Celso Furtado buscou ser agente dessa transformação, buscando incentivar a evolução das classes políticas e empresariais brasileiras para um nível de maior consciência regional, buscando colocar fim nas “estruturas arcaicas” vinculadas à elite.

Mesmo durante o exílio a que foi submetido após atuação dessas estruturas, Furtado continuou contribuindo como um dos grandes intérpretes do Brasil, realizando publicações extremamente significativas. Apesar de o golpe de 1964 ter frustrado as propostas de Furtado quanto aos rumos da economia brasileira, sua obra inspira até os dias de hoje os pensamentos e concepções de jovens no estudo da economia, que buscam continuar seu legado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Fernando Henrique; Müller, Geraldo. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. – São Paulo: Brasiliense, 1977.
- FURTADO, C. et al. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. 99 p.
- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 87 p.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962b. 53 p.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a. 116 p.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 181 p.
- FURTADO, C. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 78 p.
- FURTADO, C. *Brasil: da República oligárquica ao Estado militar*. In: FURTADO, C. (Coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 194 p.
- SCHWARTZMAN, Simon. 1975. *São Paulo e o estado nacional*. São Paulo: Difel
- FURTADO, C. 1964. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FURTADO, C. 1965. *Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil*. *Revista Civilização Brasileira*. 1: 129-45.
- FURTADO, C. 1967. 1968. *Brasil: da República oligárquica ao estado militar*. In *Brasil: Tempos Modernos*, org. por C. Furtado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Originalmente publicado em *Les Temps Modernes*, # 257.
- FURTADO, C. *A superação do subdesenvolvimento*. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 37–42, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643216>. Acesso em: 6 dez. 2020.
- FURTADO, C. 1969. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora.
- FURTADO, C. 1972. *Análise do 'modelo' brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CEPÊDA, V.A. 2001. *O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia*. In *A grande esperança em Celso Furtado*, org. por L.C. Bresser-Pereira e J.M. Rego. São Paulo: Editora 34.
- ALMEIDA, José Elesbão de. *ENCANTOS E DESENCANTOS DE CELSO FURTADO COM A RACIONALIDADE DO PLANEJAMENTO ESTATAL*. *Cadernos do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 6, n. 8, p. 417-437, 13 maio 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201233290.CD8_0_418.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

PELLEGRINO, Anderson Cesar Gomes Teixeira. O Nordeste de Celso Furtado : sombras do subdesenvolvimento brasileiro. 2003. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia.

SAMPAIO Jr., P. S. A. Entre a nação e a barbárie: uma leitura da contribuição de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado á crítica do capitalismo dependente. Campinas, 1997. Tese de Doutorado - !E/Universidade Estadual de Campinas.

BOIANOVSKY, M. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 2 (135), pp. 198-211, abril-junho/ 2014.

FURTADO, Celso. Seca e Poder entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

FURTADO, Celso. Entrevista. O Estado de São Paulo. 4 mar. 2004.

FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. 2. ed. Rio de Janeiro. Terra e Paz. 1988

FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1964.

FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao crescimento econômico. In: Revista Civilização Brasileira, V. I, n. I, 1965

Essencial. Apresentação e organização: Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio: Carlos Brandão. São Paulo: Penguin Classics : Companhia das Letras, 2013. Página 407.

Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, C. et al. Brasil: tempos modernos. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 1-23.

D'AGUIAR, Rosa Freire. Balanços e sínteses, 1988-2002. In: FURTADO, Celso. Diários intermitentes, 1937-2002. São Paulo: Cias das Letras, 2019.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. Brasil – A construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FIORI, J. L. A propósito de uma “Construção Interrompida”. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 1–19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643119>. Acesso em: 6 dez. 2020.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. Ambient. soc. [online]. 2003, vol.5, n.2 [cited 2020-12-06], pp.73-84. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1809-4422. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200005>.

TENORIO, Fernando and WANDERLEY, Sergio. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). Rev. Adm. Pública [online]. 2018, vol.52, n.3 [cited 2020-12-21], pp.507-526. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000300507&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1982-3134. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761217385>

BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949- Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.